

O papel social do arquiteto e urbanista. Uma abordagem crítica e aplicada a partir da formação acadêmica.

The social role of the architect and urbanist. A critical and applied approach right from academic training.

El papel social del arquitecto y urbanista. Un enfoque crítico y aplicado a partir de la formación académica.

VAZ, Murad Jorge Mussiⁱ

Professor Dr., Universidade Federal da Fronteira Sul, murad.vaz@uffs.edu.br.

RESUMO

O papel social da arquitetura e do urbanismo tem sido discutido sob vários aspectos, sobretudo no que concerne à atuação profissional comprometida com o contexto socioeconômico, político e cultural brasileiro. Pode ser interpretado como uma constante atividade formativa, crítica e reflexiva. Através de um olhar ao ensino em torno de temas recorrentes em escolas de arquitetura e, na relação entre mercado e prática profissional, centramo-nos nas práticas nem sempre coincidentes entre discurso e realidade. Buscamos compreender como o processo de produção de conhecimento e formação pode representar um instrumento de dominação, tanto ao nível do pensamento, como da prática, abrindo caminho a uma nova abordagem nas instituições de ensino. Nos motiva refletir como os conteúdos de ensino, pesquisa e extensão podem romper barreiras conceituais, metodológicas, práticas e profissionais não inclusivas, vinculados à pesquisa, à extensão e ao ensino. As noções de direito à cidade e à cidadania perpassam a reflexão, assente na concepção e materialidade do espaço público. A extensão, através de oficinas, e as abordagens curriculares de ensino em análise versam sobre a relação entre sociedade, arquitetura e cidade, apoiada em vários campos de conhecimento. Ambos são experimentações que delineiam caminhos, barreiras e, sobretudo, uma reflexão em aberto sobre a abordagem e a produção social do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVES: *Ensino, pesquisa e extensão; formação acadêmica; produção do conhecimento, abordagem decolonial.*

ABSTRACT

The social function of architecture and urbanism has been explored in many aspects. Especially concerning the professional role committed with Brazilian socioeconomic, political, and cultural context. As a notion, could be interpreted as a constant formative activity. In this paper, we propose a rather specific view about the teaching and learning process and how it has been addressed in current subjects in architecture schools, and ultimately, the relationship between the market and professional practice. This view analyses a “no-matching” relation between speech, practice and reality. We aim to understand how the process of knowledge production has been used as a domination apparatus, in theory and in practice. Thus, we concluded that the way to discuss and break the conceptual, methodological, practices and professionals’ frontiers pass through a critical view about the academic institutions. We introduce a research experience, linked to extension actions and direct interfaces with teaching. The notions of Right to the City and Citizenship pass through radical reflections. Concepts and ideas of public space, workshops for practical experiences, as the same as the relation among society, architecture and



ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



the city has been interpreted and applied under multidisciplinary guidelines. It is an open way of thinking and teaching.

KEY WORDS: *Teaching, research and extension; academic formation; production of knowledge, decolonial approach.*

RESUMEN

La función social de la arquitectura y del urbanismo ha sido explorada en muchos aspectos. Especialmente cuando se trata del rol profesional comprometido con el contexto socioeconómico, político y cultural brasileño. Como noción, podría interpretarse como una actividad formativa constante. En este documento, proponemos una visión bastante específica sobre el proceso de enseñanza y aprendizaje y cómo se ha abordado en las escuelas de arquitectura y, en última instancia, la relación entre el mercado y la práctica profesional. Sob esta perspectiva analizamos una relación "no coincidente" entre el discurso, la práctica y la realidad. Nuestro objetivo es comprender cómo el proceso de producción de conocimiento se ha utilizado como un aparato de dominación, en teoría y en la práctica. Así, concluimos que para discutir y romper las fronteras conceptuales, metodológicas, prácticas y profesionales se hace necesaria una visión crítica de las instituciones académicas. Presentamos una experiencia de investigación, vinculada a acciones de extensión e interfaces directas con la enseñanza. Las nociones de derecho de uso de la ciudad y de la ciudadanía pasan por reflexiones radicales. Conceptos e ideas de espacio público, talleres para experiencias prácticas, así como la relación entre la sociedad, la arquitectura y la ciudad, se ha interpretado y aplicado bajo pautas multidisciplinares. Es una forma abierta de pensar y enseñar.

PALABRAS CLAVE: *Enseñanza, investigación y extensión; formación académica; producción del conocimiento; abordaje descolonial.*

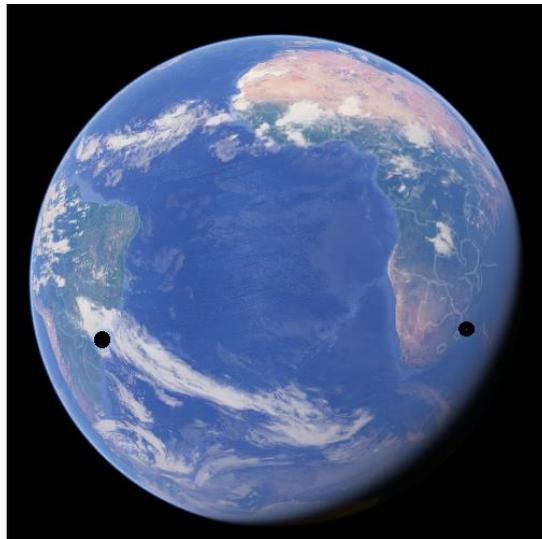
1 INTRODUÇÃO

A função social do arquiteto e do urbanista inicia na vida acadêmica, na reflexão sobre o processo de formação e a produção do conhecimento que lhe está subjacente. Este processo influencia a prática profissional, como atuação condicionada e condicionante por uma série de fatores vinculados às forças hegemônicas e às resistências. Essa assertiva conduz à procura de novos métodos, abordagens e práticas de ensino, pesquisa e extensão, pilares centrais de uma formação baseada, sobretudo, no contato e análise de diferentes contextos, nomeadamente socioeconômicos, políticos e culturais.

Esses contextos, no nosso caso, situam-se em Erechim (BR) e em Maputo (MOZ) cidades em países e continentes distantes, que expressam, cada um à sua maneira, processos de colonização alheios às dinâmicas locais. Possuíram traçado urbano e projetos não coincidentes com seus territórios originais. São submetidas a lógicas distantes e próximas a que se refere Lefebvre (2009, p. 52), que se influenciam, somam e chocam entre si, sobre as quais são criadas narrativas históricas e práticas socioespaciais sob diversas ideologias. Tentamos captar essas narrativas e práticas, analisá-las à luz das noções de cidade e de espaço público, através de atividades de pesquisa-extensão e ensino, em ambos os territórios (ver figura 01).



Figura 1 – Localização de Erechim (BR) e Maputo (MOZ).



Fonte: Trabalho do autor (2019) sobre imagem extraída do *google.maps*.

Objetivamos relatar e discutir nossas experiências como possibilidade de reflexão continuada e de aprimoramento de abordagens metodológicas e pedagógicas que se pretendem mais inclusivas e comprometidas com as questões urbanas atuais.

No que concerne ao projeto de pesquisa-extensão, as reflexões realizadas se dão sobre as duas cidades, sobre espaços públicos e cidadania. As atividades de extensão foram desenvolvidas em Maputo, durante 2018 e 2019. Com base na experiência e material levantado, estruturou-se um programa de extensão sobre decolonização do pensamento e da prática, e um projeto sobre assistência técnica em habitação de interesse social (ATHIS), na UFFS em 2019, com diversos parceiros (item 03).

Quanto ao ensino, apresentamos o processo de pesquisa-extensão e as reflexões que incidem sobre alguns componentes curriculares (CCR) ministrados no curso de Arquitetura e Urbanismo, UFFS. As implicações vinculam-se às bases teóricas do Direto à Cidade (Lefebvre, 2009) e à noção de cidadania (Santos, 2014), além de outros autores. A experiência amadureceu a partir do acompanhamento do CCR de Socio economia do Espaçoⁱⁱ, na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) em 2018.

As atividades realizadas conduzem à discussão sobre os CCR ofertados em sua vinculação ao tripé universitário, a partir da relação intrínseca entre direito à cidade, espaço público e cidadania, em contraponto com os processos e práticas socioespaciais hegemônicos. Na linha de Paulo A. Rheingantz (2014), considera-se que a produção do conhecimento em Arquitetura e Urbanismo parte do

cruzamento e do diálogo entre ciência e técnica (reflexão e prática). Os processos formativos induzem à reflexão sobre o papel social do arquiteto e urbanista, como agente social e cidadão. Parafrazeando Carlos Nelson dos Santos (1978, p.22) “[...] estarão as pranchetas mudando de rumo?” aqui em consonância com Vicente del Rio (1990, p.177), quando visualizamos a perspectiva de “Agora, um caminho aberto”.

2 ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA EM DISCUSSÃO

O questionamento sobre a produção do conhecimento e a interrelação do tripé universitário, baseado numa aproximação às dinâmicas invisibilizadas, no Brasil ou em Moçambique, assenta-se aqui numa abordagem teórica e metodológica decolonial. Sob esse enfoque, partimos das possibilidades de construção de um conhecimento transdisciplinar conforme:

Estou definindo transdisciplinaridade decolonial como orientação e suspensão de métodos e disciplinas a partir da decolonização como projeto e como atitude. [...], a consciência decolonial busca decolonizar, des-segregar e des-generar o poder, o ser e o saber [...].(MALDONADO-TORRES, 2016, p.93 e 94).

Portanto, buscamos romper as barreiras de um “conhecimento abissal”, a partir do que Boaventura S. Santos (2009, p. 23 a 71) chamou de um “conhecimento pós-abissal”, ou seja, a “ecologia de saberes”, tendo em conta “a ideia da diversidade epistemológica, do mundo, o reconhecimento da existência da pluralidade de formas de conhecimento, além do conhecimento científico.” (SANTOS, 2009, p.45). Nas palavras do autor “é[...] próprio da ecologia de saberes constituir-se através de perguntas constantes e respostas incompletas” (SANTOS, 2009, p.57).

Essa perspectiva decolonial, de um saber em construção, permitiu-nos retomar os questionamentos de Carlos N. F. Santos (1978) sobre a formação de arquitetos e urbanistas no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, distantes das questões socioeconômicas espacializadas. Apesar do avanço, ainda é necessária uma mudança na forma de pensar, agir e intervir.

Ao somar as possibilidades teóricas, metodológicas, epistemológicas, e a crítica sobre a atuação acadêmica e profissional, alcançamos o paradigma da cidadania e dos espaços públicos no Brasil. Assim, o espaço, tanto o urbano, quanto o ruralⁱⁱⁱ, permite uma reflexão ampliada. Dados os contrastes socioeconômicos espacializados no Brasil, Milton Santos (2014, p. 107) aponta para a relação direta entre cidadania e localização no território.

Portanto, são tecidos vínculos entre as estruturas sócio-política, econômica, cultural e simbólica, espacializadas, incidindo no espaço público, marco para a cidadania. De acordo com Maria L. M. Covre

(2003, p. 10) “[...] só existe cidadania se houver a prática da reivindicação [...]”. Esse vínculo entre cidadania e espaço público significa-se constantemente. Destarte, resgatamos essas noções no âmbito da geografia (com Ângelo Serpa, 2011, e Paulo C. da Costa Gomes, 2002), e no âmbito da arquitetura (Abrahão, 2008). O desafio é vincular as noções de espaço público e de cidadania a lugares e territórios constituídos sob diversos processos, induzindo-nos a olhar para Maputo.

Maputo resulta de um choque frontal entre processos históricos de longa e curta duração. Autores como Joaquim Maloa (2016), Paul Jenkins (2001), Silvia Jorge (2017), Vanessa Melo (2015), Teodoro Vales (2014), Isabel Raposo e Jochen Oppenheimer (2007), David Viana (2015), têm se debruçado sobre sua urbanização ao longo do tempo, nomeadamente após a abertura ao capital internacional (década de 1990). Para compreender esse contexto e refletir sobre o contexto brasileiro, uma nova abordagem formativa e metodológica é necessária.

Ao considerarmos, nessa perspectiva, o processo de formação, buscamos interlocução com Paulo A. Rheingantz, quando afirma que o “[...] conhecimento em arquitetura combina Ciência, tecnologia e subjetividade; comporta dois ângulos distintos: materialidade e s[ic] qualidades.” (RHEIGANTZ, 2014, p.05). Abre-se a possibilidade de discutir as universidades, nas quais “[...]faltam debates ou reflexões sobre o papel do arquiteto na atualidade” (RHEIGANTZ, 2014, p 11).

O paralelo é feito com Yves Chalas (1998), quando o autor discute um *urbanismo prático como menos teórico, mais performativo, político e não espacialista*, no qual “[...] não o verdadeiro projeto ou solução vem antes do debate público, mas somente depois do debate público.” (CHALAS, 1998, p.210, traduzido livremente).

Para alinhar as noções e conceitos, partimos da noção de Direito à Cidade, como “[...] direito à centralidade, a não ser posto à margem da forma urbana [...]” (LEFEBVRE, 2008, p. 175). Na ótica de Lefebvre (2009, p.52) a cidade é uma mediação entre estruturas simbólicas, culturais, sociais, econômicas construídas a partir de relações globais e locais, portanto, constroem-se os vínculos sobre as noções acima apresentadas, a partir do direito à cidade como perspectiva.

3 RELAÇÃO ENTRE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO, UMA AÇÃO EM PROCESSO

A pesquisa, realizada inicialmente como uma tese em geografia (VAZ, 2016), seguiu na UFFS como iniciação científica (2015). Na sequência, ampliou-se o olhar para outros contextos contidos no “lado do Sul metafórico” (SANTOS E MENESES, 2009, p.13), nomeadamente Maputo. Dessa forma,

desenvolvemos uma pesquisa de pós-doutorado entre a UFFS, a ULISBOA e a UEM durante o ano de 2018, intitulada “Maputo: cidade, espaço público, cidadania”.

A conjugação do tripé universitário, durante o pós-doutorado (2018), desconstruiu uma série de “certezas” sobre a forma e a função dos espaços públicos, incluindo as praças, na capital moçambicana (figuras 02 a 05).

Figura 2: Machamba, bairro Zimpeto.



Fonte: Autor, 2018.

Figura 3 Apropriação, Praça 25 de Dezembro.



Fonte: Autor, 2018.

Figura 4 Comércio nas esquinas.



Fonte: Autor, 2018

Figura 5 Rua, bairro Zimpeto.



Fonte: Autor, 2018.

Ao trabalhar em bairros da cidade de Maputo (fig. 06), identificou-se a materialização de espaços de trocas, de encontro e diálogo, suas formas e sua apropriação, ampliando o olhar para a pluralidade de espaços públicos, incluindo os não estabelecidos pelos planos e projetos desde meados do século XIX

(Morais,2001; Maloa, 2016). Esta análise nos aproximou à vida urbana, a hábitos e tradições, que ora entram em conflito, ora se somam e mimetizam.

Figura 6 – Bairros Estudados



Fonte: Trabalho autor e Cila Silva^{iv} (2018) sobre base google.maps

O trabalho exploratório, rediscutiu as bases teóricas e os procedimentos. Realizamos imersões nos bairros e conversas com residentes (2018). Fotografias, croquis e mapeamentos, restituídos sempre que possível à comunidade, permitiram a apreensão de modos de se fazer cidade a partir do cotidiano, da resistência, da cultura e de histórias cruzadas ao longo do tempo (remoto e recente). O trabalho empírico confrontou o material advindo da revisão bibliográfica. A análise dos planos urbanos permitiu um olhar sobre a atuação do poder público no fazer cidade, e as bases cartográficas, enviadas por pesquisadores e docentes, para além daqueles da Direcção Municipal de Planeamento Urbano e Ambiente de Maputo, clarificaram a diferença entre o planejado e o real, em suas dinâmicas. Os dados recolhidos, em Maputo, foram enviados para a equipe de Erechim, gerando-se os mapas. Essas atividades, entre o pós-doutorado e a iniciação científica (2018), contribuíram com o aprimoramento metodológico-procedimental.

As noções de cidadania, espaço público e direito à cidade (item 02) foram fundamentais à reflexão, segundo uma perspectiva decolonial, questionando-se inclusivamente sua pertinência.

ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



No âmbito da extensão, foi necessário “redirecionar as pranchetas”. Conduzimos o “Workshop: O Espaço Público nos Assentamentos Informais de Maputo”, entre os dias 26 e 28 de setembro de 2018, através de parceria com a Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da UEM, a UN Habitat e a Associação IVERCA^v. O objeto de intervenção foi o bairro da Mafalala (fig. 6), através de propostas desenvolvidas pelos acadêmicos da FAPF-UEM para espaços públicos.

Na continuidade, entre 29 de julho e 01 de agosto de 2019, realizou-se uma oficina em Maputo e em Boane, sobre o papel social do arquiteto. Resultou de uma parceria entre a UEM, a Wutivi-UniTiva, a UFFS, a ASF (Arquitetura Sem Fronteiras) e o Centro Hakumana^{vi}, integrando uma pesquisadora da ULISBOA. Os acadêmicos visitaram o Centro Hakumana, o terreno para sua nova sede, assistiram palestras, mesas redondas e propuseram estudos preliminares para essa nova sede. Adolescentes assistidos pelo centro e educadores a ele vinculados acompanham o trabalho. Os resultados foram discutidos com a comunidade, refletindo entusiasmo, através de projetos reais, tantas vezes obliterados na formação acadêmica. Retomamos, através dessas experiências, a arquitetura em seu tensionamento entre ciência e técnica, e atuação socialmente comprometida.

O CCR, ministrado em Maputo (de agosto a novembro de 2018), versou sobre conteúdo geográfico. A docente responsável discutiu a produção do espaço em Moçambique a partir de leitura socioeconômica. Exploramos uma abordagem direta sobre temas vinculados à arquitetura, cidadania e cotidiano. A docência compartilhada permitiu reflexões sobre nossos contextos (analisando particularidades e linhas de conexão) e sobre a formação (ampliando o olhar dos docentes e dos discentes).

Através das experiências, refletimos sobre os CCR de Arq. e Urb. da UFFS que temos ministrado^{vii}. Tanto nas aulas quanto nos trabalhos de campo dos CCR, diferentes fases têm reconhecido a cidade em suas dimensões socioespacial, econômica, simbólica e cultural. Preconiza-se a discussão teórica e o debate, durante o ensino no ateliê. Conforme as especificidades de cada CCR, através do projeto, temos inserido na 1ª fase (Introdução à Arte, Arquitetura e Cidade), na 6ª fase (Projeto Arquitetônico e Urbano: da escala da cidade à do edifício) e na 9ª fase (Planejamento urbano e regional), a noção da cidade como espaço público e a arquitetura como prática social e cidadã. O reconhecimento do cotidiano revela formas invisibilizadas de ser/estar na cidade, impactando no acesso a bens básicos e à cidadania. O tripé universitário é fundamental para que os discentes se posicionem criticamente, abrindo possibilidades. O olhar e o pensar críticos sobre a prática profissional, de docência e projeto,



PROJETAR
GRUPO DE PESQUISA EM
PROJETO DE ARQUITETURA
E PERCEPÇÃO DO
AMBIENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



ARQUITETURA E URBANISMO - UFRP



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO URBANO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ



UNIVERSIDADE
POSITIVO

possibilita avanços graduais. Metodologicamente, exploramos o reconhecimento *in loco*, os debates, a reflexão e a autocrítica. Encara-se os discentes como sujeitos em sua formação, e reforça-se o aprender a partir da descoberta e da liberdade.

A pesquisa (2019) segue na realização de reuniões (virtuais ou presenciais), mantendo o foco sobre Maputo. Na extensão desenvolvemos um projeto sobre ATHIS e previmos mais oficinas em Maputo em 2020. No ensino, ministramos CCR sobre a urbanização de Maputo sob uma perspectiva decolonial (2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação conjunta entre ensino, pesquisa e extensão, sob uma abordagem decolonial, debruça-se sobre o cotidiano, em suas práticas e dinâmicas socioespaciais. As técnicas escolhidas, do fazer e descobrir junto com a comunidade, reforçam uma troca contínua entre academia e sociedade. As práticas socioespaciais de Moçambique e Brasil demonstram diferenças simbólicas e culturais, mas o vínculo se refaz sob o espectro da dominação e das agendas neoliberais, que têm conduzido a produção do espaço urbano e rural à escala global. Nesses países, confrontam-se ordens próximas e distantes, num constante avanço e retrocesso.

A pesquisa-extensão incide sobre os olhares de pesquisadores e discentes brasileiros, moçambicanos e portugueses, ampliando a troca de referências e saberes. O trabalho de campo, com inserção contínua, demonstra como a cidade se refaz a partir dos sujeitos, conforme suas lógicas, ideologias, referências e especificidades socioeconômicas. Torna o olhar mais crítico às noções utilizadas questionando sua aplicabilidade para cada contexto. O ensino, através da autonomia discente, permite questionamentos constantes baseados no aprender e na prática, rompendo a hierarquia acadêmica. Através de CCR sobre África, desvela-se o Brasil. A partir de diferenças e similaridades, aponta-se rumos construídos para cada contexto.

O retomar de questionamentos, práticas e experimentações vinculadas às trocas de saberes e experiências, respalda-se na afirmação de Santos (2009, p.57) de que são necessárias “perguntas constantes e respostas incompletas.” As constatações até agora delineadas são parciais e não generalizáveis. Resultam de um corpo teórico e de uma abordagem metodológica específicas, que intentam não ser herméticas e estanques, sempre um “caminho em aberto”.

5 REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, S. L. Espaço público: do urbano ao político. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2008.
- CHALAS, Y. *L'urbanisme comme pensée pratique*. In : *Annales de la recherche urbaine*, n. 80-81, p. 205-214, 1998.
- COVRE, M. de L. M. O que é cidadania. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- DEL RIO, V. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: PINI, 1990.
- GOMES, P. C da C. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002
- JENKINS, P. *Strengthening Access to Land for Housing for the Poor in Maputo, MOZ*. In: *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 25.3 09/ 2001
- JORGE, S. M. B. Lugares Interditos. os bairros pericentrais autoproduzidos de MAPUTO. Tese de Doutorado. Lisboa, FA Ullisboa: 2017.
- LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- _____. O Direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2009.
- MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. In: *Revista Sociedade e Estado* – Vol.31 N.1 Janeiro/Abril 2016
- MALOA, J. M. A urbanização de Moçambique: uma proposta de interpretação. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Geografia Humana. São Paulo, USP, 2016.
- MELO, V. A produção recente de periferias urbanas africanas. Discursos, práticas e configuração espacial: Maputo versus Luanda e Joanesburgo. Tese de doutorado. Lisboa:FA Ullisboa, 2015
- MORAIS, J. S. Maputo-património da Estrutura e Forma Urbana Topologia. Lisboa: Livros Horizontes, 2001
- OPPENHEIMER, J.; RAPOSO, I. (coords.) – Subúrbios de Luanda e Maputo. Lisboa: Edições Colibri, 2007.
- RHEINGANTZ, P. A. Sobre ciência, conhecimento e arquitetura. *Arquitextos*: 175.02 ensino ano 15, dez. 2014.
- SANTOS B.de S. e MENESES M. P. Epistemologias do Sul. Coimbra: G.C. Gráfica de Coimbra, 2009.
- SANTOS B.S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In : SANTOS B.de S. e MENESES M. P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: G.C. Gráfica de Coimbra, 2009, p.23-71.
- SANTOS, C. N. F. Associação de bairros e associações de moradores: estarão as pranchetas mudando de rumo? In: *Revista Chão*, Rio de Janeiro, n.1, 1978, p.22-31.
- SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Edusp, 2014.
- SERPA, A. O Espaço público na cidade contemporânea. SP: Contexto, 2011.
- VAZ, M. J. M. A produção do espaço público em Florianópolis: as praças e a vida urbana. Tese de Doutorado. UFSC, Florianópolis, 2016.
- VIANA, D. L. (Auto) organização e forma urbana: combinando diferentes abordagens morfológicas na análise de Maputo. Tese de Doutorado. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2015.
- VALES, T. *De Lourenço Marques à Maputo : genèse et formation d'une ville*. Tese de doutorado. Grenoble : Université de Grenoble. 2014.
- VAZ, M. J. M. A produção do espaço público em Florianópolis: as praças e a vida urbana. 2016. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2016.

ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



-
- i Pesquisador vinculado aos grupos de pesquisa: NETAP-UFFS e CIAUD-ULisboa.
 - ii CCR ofertado pela Faculdade de Filosofia e Letras para a FAPF, UEM, pela prof. geógrafa Inês M. Raimundo. Auxiliamos em 2018.
 - iii “[...] chama a atenção o descaso das escolas com a arquitetura popular urbana ou rural [...]” (Rheingantz, 2014, p.12).
 - iv Voluntária da pesquisa sobre espaços públicos, iniciação científica UFFS (entre 2015 e 2019).
 - v Para mais consultar <http://www.iverca.org/>.
 - vi O Centro Hakumana, oferece serviço de ação social à comunidade sob várias frentes, incluindo ações vinculadas ao HIV-SIDA e tuberculose.
 - vii Os CCRs têm sido concebidos e ministrados por três docentes. O trabalho e a discussão são coletivos, cada docente contribui com referências. Além disso, conteúdos específicos são inseridos em cada CCR.



PROJETAR
GRUPO DE PESQUISA EM
PROJETO DE ARQUITETURA
E PERCEPÇÃO DO
AMBIENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



ARQUITETURA E URBANISMO - UFPR



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO URBANO



UFPR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ



**UNIVERSIDADE
POSITIVO**